

# A AÇÃO DA POLÍCIA MILITAR FRENTE À NOVA LEI SECA NO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO

## THE ACTION OF THE MILITARY POLICE AGAINST THE NEW DRY LAW IN THE MUNICIPALITY OF FORMOSA-GO

SILVA, Allan Henrique da<sup>1</sup>  
MENDONÇA, Marcelo<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo do estudo em questão foi analisar as ações da polícia militar em relação às penalidades aos condutores embriagados diante do que assegura a nova lei seca no município de Formosa. Ressalta-se que a Lei 12.760/2012, atua na sociedade como uma forma de punição ao indivíduo que dirige após ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica, colocando em risco a sua vida e de terceiros. Por meio da Lei a atuação policial se tornou mais rígida, desenvolvendo os mecanismos de punição dos indivíduos. O trabalho tem como proposta metodológica a revisão de literatura, abordando sobre as concepções acerca da direção com embriaguez, assim como a ação da polícia militar frente a esse problema. Após esse processo foi realizada a pesquisa de campo, tendo como participante um representante da polícia militar de Formosa, do 16º BPM, que atua na fiscalização de trânsito, utilizando para a coleta dos dados um instrumento de pesquisa composto por 9 questões abertas e fechadas. Após a coleta de dados, os resultados apontam que a polícia militar tem realizado um efetivo trabalho no cumprimento da Lei 12.760/2012, nova Lei Seca. Diante dos resultados pode concluir que a ação policial no município tem efetivado as ações pertinentes a punição dos motoristas que dirigem embriagados e também no sistema de prevenção quanto ao problema.

**Palavras-chave:** Embriaguez. Polícia Militar. Lei 12.760/2012. Lei Seca. 16º BPM.

### ABSTRACT

The objective of the study in question was to analyze the actions of the military police in relation to the penalties to drunk drivers before the one that secures the new dry law in the municipality of Formosa. It should be noted that Law 12.760 / 2012, acts in society as a form of punishment to the individual who drives after ingesting any type of alcoholic beverage, putting at risk their lives and third parties. By means of the Law, the police action became more rigid, developing the mechanisms of punishment of the individuals. The work has as methodological proposal the literature review, approaching the conceptions about the direction with drunkenness, as well as the action of the military police in front of this problem. After this process the field research was carried out, with a participant as a representative of the Formosa military police, of the 16th BPM, which acts in the traffic control, using for the data collection a research instrument composed of 9 open and closed questions. After data collection, the results indicate that the military police have performed an effective work in compliance with Law 12.760 / 2012, new Dry Law. Before the results can conclude that the police action in the municipality has carried out the actions pertinent to the punishment of drivers driving drunk and also in the system of prevention regarding the problem.

**Key-words:** Drunkenness. Military police. Law 12,760 / 2012. Dry Law. 16th BPM.

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma A, Formosa, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, [allanhenrique27@gmail.com](mailto:allanhenrique27@gmail.com)

<sup>2</sup>Professor orientador do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, [geomendona@yahoo.com.br](mailto:geomendona@yahoo.com.br), Formosa - GO, Junho de 2018.

## 1 INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados com a bebida e direção é um assunto polêmico na sociedade em geral. Diversos são os acidentes causados diariamente tendo em vista a direção por condutos embriagados. O trânsito de veículos tem aumentado consideravelmente, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, esse fator tem proporcionado maior utilização do automóvel pelas pessoas por diversas razões, como para chegar ao trabalho, levar os filhos na escola e principalmente nos momentos de lazer.

Compreendendo, pois a importância de um trânsito seguro, os cidadãos se esbarram em um problema que tem se tornado comum no cotidiano, a questão da embriaguez ao volante. Problema que tem causado inúmeras vítimas no trânsito, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades.

É comum deparar com pessoas alcoolizadas ao volante em ações da polícia militar ou polícia rodoviária. As ações empregadas para o combate desse problema têm proporcionado resultados positivos quanto à implementação de políticas públicas, dentre essas à lei seca, por meio da Lei nº 11.705/2008.

O principal objetivo da instituição da lei foi de evitar que os condutores de veículos dirigissem ao consumir bebida alcóolica, sendo passivo de responder penalmente por tal conduta e com maior severidade quando em caso de acidente houver vítimas. Mesmo podendo ser comprovada a eficácia dessa lei em alguns pontos, e a necessidade de melhorias em outros aspectos, a Lei nº 12.760/2012 é entendida como uma forma de organizar alguns dos parâmetros da Lei nº 11.705/2008, a qual propôs uma nova redação do artigo 306, o qual descreve as penalidades de conduzir veículo com função psicomotora alterada por função alcóolica.

Diante disso, observa-se como problema de pesquisa: Qual a ação da polícia militar frente à nova lei seca em termos penais aos condutores embriagados na cidade de Formosa?

O objetivo geral do estudo procurou analisar as ações da polícia militar em relação às penalidades aos condutores embriagados diante do que assegura a nova lei seca no município de Formosa. Os objetivos específicos visaram contextualizar a importância de um trânsito seguro, observar as concepções legais sobre a embriaguez no trânsito e identificar as ações da polícia em relação à nova lei seca.

O estudo se justifica por trazer uma contextualização e relação à concepção de trânsito, embriaguez ao volante e a Lei Seca. Para a PMGO, o estudo proporciona maiores conhecimentos aos profissionais na área da segurança pública por trazer algumas das ações que são de dever da polícia para manter um trânsito mais seguro, diminuindo assim o índice de acidentes relacionados a embriaguez ao volante, fazendo valer o que assegura a legislação em vigor.

Para a realização do estudo, foram utilizadas teorias acerca da contextualização do trânsito, da lei seca e da atuação da polícia militar. O estudo compreende artigos e com períodos entre 2009 a 2015, assim como a legislação do Código Brasileiro de Trânsito e da Lei nº 11.705 - Lei Seca, de 19 de junho de 2008 e a Lei nº 12.760, que reforça a lei anterior.

O estudo compreende também a realização de uma pesquisa de campo realizada junto ao efetivo da polícia militar quanto às ações realizadas na cidade de Formosa com fins ao combate aos problemas envolvendo embriaguez ao volante e as diretrizes da nova Seca.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O TRÂNSITO

Antes de discorrer teoricamente sobre os problemas relacionados com a bebida no trânsito, apresenta-se a definição dele de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) (BRASIL, 2006), onde no artigo 1º:

Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga. Que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a este cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar medidas destinadas a assegurar esse direito. (BRASIL, 2006, p.1)

De acordo com o Portal do Trânsito Brasileiro (2014), o trânsito está alicerçado em três diretrizes básicas que caracterizam as ações e atividades que devam ser adotadas para que o trânsito flua com segurança, são conhecidos como o tripé do trânsito sendo eles a Engenharia que está ligada às estradas e aos veículos, responsável por projetar, construir e manter as estradas em condições satisfatórias para o uso e com segurança, estudando as possíveis melhorias do tráfego; o esforço legal que inclui a legislação, justiça, policiamento e a educação em que se forma o ser humano para uma vida social e ensinando um convívio harmonioso no trânsito, ensinando as regras existentes.

O Portal de Trânsito (2014), também aborda que o fluxo de veículos vem crescendo cada vez mais, e que somos em grande maioria dependentes deles, seja devido a status sociais, precarização dos transportes públicos, trabalho, entre outros. Dessa forma, o trânsito torna-se parte do nosso cotidiano sem muitas vezes percebermos. O trânsito está presente em nossa vida desde irmos ao trabalho até a roupa que vestimos, pois boa parte do que usamos ou comemos nos chega por meio do transporte que utiliza vias, estradas e calçadas.

De acordo com Cristo (2012), compreender o trânsito como um ambiente de convívio social pode ser algo importante para ajudar a diminuir ou a acabar com conflitos que se vive no dia a dia. Se houver consciência que cada indivíduo que está na rua tem sua necessidade, e objetivo ao trafegar enfrentará melhor, com mais sabedoria, respeito e tolerância alguns eventos estressantes que venham a surgir no trânsito.

Bocalan (2014) enfatizou que o veículo surgiu para facilitar os deslocamentos das pessoas, e que o entendimento e a interação entre os indivíduos e grupos fazem parte do trânsito que é uma resultante de agrupamentos de indivíduos. Mas deve-se atentar que com a convivência destes nas vias públicas acaba envolvendo vários fatores assim como a agressão no trânsito onde o faz ser visto como algo violento e predisposto a acidentes.

## 2.2 CONCEPÇÕES SOBRE A EMBRIAGUEZ NO TRÂNSITO

Segundo Moniz (2009), dirigir exige do indivíduo cuidado extremo. Se o mesmo se encontra em um estado de embriaguez, tende a gerar situações de estresse terá limitações no ato de dirigir, podendo causar danos irreparáveis não somente a ele, mas as pessoas que se encontram no trânsito. A diminuição da percepção dos estímulos do ambiente torna a pessoa vulnerável aumentando o risco de acidentes e demais consequências perigosas.

No que se refere à organização e cuidados para o trânsito, no Portal do Trânsito Brasileiro (2014), aborda que as regras foram criadas, para ordenar a circulação, conduta de veículos e pedestres e principalmente para o cuidado com condutores e possíveis situações de risco que estes impõem. Sendo de grande importância que as pessoas sigam estas regras de trânsito para que se evite um caos, pois não é possível que cada condutor reaja no trânsito da forma que lhe for mais conveniente ou o que ache que seja o mais correto. É preciso ter consciência de que todos buscam o mesmo objetivo no trânsito, que é chegar a

algum lugar, assim, ter respeito pelo direito do outro acaba influenciando no direito individual de cada um que se arrisca cotidianamente no trânsito.

Na concepção de Keller (2008) um trânsito seguro requer inúmeros cuidados principalmente por parte dos condutores de veículos e um dos cuidados mais salientados pelo mesmo é a questão da embriaguez e dos condutores de veículos. Os índices de vítimas de acidentes envolvendo motoristas embriagados têm crescido de maneira considerável. De acordo Mariano (2012) em um levantamento de ocorrências em relação à embriaguez ao volante entre os anos de 2009 a 2011, destaca-se a seguir na tabela,

**Tabela 1:** Registros de boletim de ocorrência por embriaguez ao volante

<b>Período</b>	<b>Natureza da ocorrência</b>	<b>Total</b>
2º sem. 2009 (Julho a Dezembro)	Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa	37
2010 (Janeiro a Dezembro)	Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa	64
1º sem. de 2011 (Janeiro a Junho)	Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa	43
<b>Total</b>		<b>144</b>

Fonte: Mariano (2012)

Os dados apresentados na tabela demonstram que, em períodos curtos de tempo, ocorreu a oscilação dos problemas relacionados a ocorrência por embriaguez ao volante. Segundo o CTB (BRASIL, 2006) caracteriza-se como crime de embriaguez ao volante, observando o art. 306, quando por meio de exame de sangue apresentar alcoolemia igual ou maior que 6 (seis) decigramas por litro de sangue, quando no teste de etilômetro o resultado for igual ou maior que 0,34 miligrama por litro de ar alveolar expirado, entre outros exames e ainda quando comprovada a alteração de sinais vitais ocasionadas pelo álcool e substâncias psicoativas.

A atuação da polícia militar quanto aos problemas de embriaguez ao volante estão centradas no cumprimento do que elenca o CTB e também a lei 11.705 – Lei Seca de 19 de junho de 2008. A esse respeito Horst (2016) enfatiza que a legislação surtiu grande efeito na sociedade quanto à prevenção e fiscalização do problema da embriaguez ao volante, porém, esta ação é apenas o começo para as mudanças necessárias para que ocorra uma diminuição considerável, embasada apenas ao que assegura a lei Seca.

### 2.3 PODER DE POLÍCIA FRENTE À NOVA LEI SECA

A Lei nº 11.705 - Lei Seca, de 19 de junho de 2008, surgiu indubitavelmente de uma necessidade social, em vista dos vastos problemas relacionados ao conteúdo regulado por ela presentes na atual sociedade brasileira. Rodrigues (2012) ressalta que a vigor da lei Seca só tem ocorrido com maior celeridade mediante as ações que envolvem o poder de polícia, para fiscalizar e punir os indivíduos que assumem a direção de um veículo embriagado, colocando em risco a vida de terceiros e de sua própria vida.

O poder de polícia administrativa consiste na faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado (MEIRELLES, 1991, p.110).

Compreendendo que, de acordo com dados da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), 30% dos acidentes de trânsito envolve bebida alcoólica, é importante salientar que o poder de polícia neste sentido está sendo executado observando a Lei 11.705/2008 cujo objetivo é elencar o perigo na combinação álcool e direção. De acordo com Schlickmanna (2012) a Lei, mesmo sendo questionável por alguns juristas, tem proporcionado à polícia Militar a realizar uma ação mais efetiva em coibir o uso de álcool por motoristas em diversas ocasiões.

A Lei 11.705/2008 altera ainda a Lei 9.503, Código de Trânsito Brasileiro - CTB, de 23 de setembro de 1997, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, no que se refere a propagandas que possam aliciar os condutores de veículos a consumir bebida alcólicas ou medicamentos de terapias e conduzir um veículo. Schlickmanna (2012) ressalta ainda que após a instituição da Lei Seca em 2008 o número de acidentes com vítimas reduziu cerca de 6,3% no primeiro ano, fazendo uma comparação ao ano de 2007. Esse fator positivo leva o jurista a enfatizar que, mesmo que existam críticas em relação à Lei Seca e a sua eficiência e eficácia, é importante salientar os números diminutos em relação a acidentes envolvendo condutores embriagados, o que leva ainda a perceber que a ação da polícia tem cumprido as metas dentro dos parâmetros do CTB.

Em detrimento às críticas existentes em relação à Lei 11.705/2008, em dezembro de 2012, a Lei nº 12.760 entrou em vigor, reforçando a Lei Seca. Esta lei foi responsável por algumas alterações Código de Trânsito Brasileiro no que se refere a penalização dos condutores de veículos que o fizer sob efeito de álcool ou substância psicoativa.

De acordo com Horst (2016) a multa foi estipulada por esta nova lei que antes era de R\$ 957,69, passando para R\$ 1.915,38 e novamente alterado o valor para R\$ 2.934,70, podendo ser o condutor multado com um valor duas vezes maior caso reincida a infração da lei em um período de 12 meses, assim como estabelece o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) por meio da Resolução nº 432 de 23 de janeiro de 2013.

Segundo Mariano (2012) a comprovação de condução de veículo embriagado deve ser atestada por meio do teste de etilômetro (“bafômetro”) e ainda por meio de exame de sangue, clínico ou ainda pela autoridade de trânsito em observação aos sinais que alteram a capacidade psicomotora.

A atuação da polícia neste sentido ocorre por meio da apreensão da Carteira de Habilitação Nacional e em caso extremo da apreensão do veículo. Em situações mais graves e de risco para a sociedade pode ocorrer a prisão do infrator, em um período de seis meses a três anos de reclusão e até a suspensão

ou proibição de direção e ainda a penalidade máxima que é a perda da habilitação.

É importante observar que o propósito da lei, mesmo diante das críticas de juristas tem tido resultados positivos, diante da premissa de punição da condução de um veículo sob embriaguez. Nesse sentido, observa-se a importância da atuação da polícia militar em todos os aspectos de prevenção, fiscalização e punição ao desagravo da lei pelo cidadão, quando põe em risco a vida de outras pessoas.

### **3 METODOLOGIA**

Tem-se como objetivo do estudo analisar as ações da polícia militar em relação às penalidades aos condutores embriagados diante do que assegura a nova lei seca no município de Formosa. A pesquisa será realizada por meio da pesquisa exploratória e descritiva, realizando ainda uma análise após a coleta de material teórico e análise dos mesmos.

Para Traldi e Dias (2011) a pesquisa exploratória ocorre diante da necessidade de se conhecer determinados fatos e fenômenos dos quais não se possui conhecimentos acumulados, oportunizando ao pesquisador aumentar seu próprio conhecimento sobre o problema. A pesquisa descritiva, de cunho qualitativo busca resolver problemas com os objetivos de melhorar a prática através da realização da observação caracterizando as dimensões, as variações e a importância do fenômeno.

Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2006) propõem que na pesquisa a realização da seleção dos dados é o ponto mais importante para que o problema seja respondido. É importante a verificação dos dados coletados, visando detectar erros, falhas, de modo que as informações obtidas não sejam entendidas de maneira errônea, prejudicando o bom andamento do estudo.

Todos os dados coletados foram analisados e interpretados e são apresentados evidenciando-se a pesquisa e a análise teórica. Os resultados permitem responder os objetivos e a problemática proposta inicialmente.

O universo da pesquisa foi um representante da polícia militar de Formosa que atua nos projetos de fiscalização de trânsito, utilizando para a coleta dos dados um instrumento de pesquisa composto por 9 questões abertas e fechadas para o profissional da polícia militar, e para o embasamento da pesquisa foram utilizados livros e artigos da internet.

Após a coleta de dados foi necessária a realização de uma discussão da análise dos dados, de maneira a observar o objetivo inicial do estudo, promovendo uma contextualização do estudo teórico em relação à aplicação da pesquisa prática.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante da pesquisa realizada com os respectivos envolvidos no estudo, como proposta de análise, observa-se a seguir os dados coletados, assim como a análise acerca das ações da polícia militar em relação às penalidades aos condutores embriagados diante do que assegura a nova lei seca no município de Formosa.

O pesquisado atua como soldado da polícia militar e possui formação em **“Bacharel em Direito e Pós Graduando em Direito Penal e Processo Penal”**. O conhecimento profissional, assim como sua formação possibilita melhor análise quanto aos objetivos da pesquisa e influencia ainda no desempenho profissional, diante do conhecimento das leis em vigor relacionadas a situação de embriaguez ao volante.

Na questão sobre a importância da lei seca para a sociedade, o respectivo pesquisado respondeu que **“A aplicação da lei seca é de essencial importância para a preservação de vidas e manutenção da ordem no**

**trânsito, uma vez que em seu texto deixa bem taxativo a proibição da ingestão de bebidas alcoólicas e o ato de dirigir, devido às consequências desastrosas e fatais que podem ocasionar. Logo, tem função fundamental na manutenção da segurança no trânsito, garantindo maior segurança à sociedade e ao condutor que cumpre suas obrigações e fica a mercê daqueles que estão a desobedecendo**". Os problemas sociais originados com a questão da embriaguez tem aumentado nas ultimas décadas, gerando mortes no trânsito assim como diversos prejuízos de valor aos motoristas.

Mariano (2012) relaciona que é importante salientar que a lei seca tem como premissa não apenas o estabelecimento de multas ou apreensão por direção perigosa após o uso de álcool, mas também como uma forma de educação social, frente aos diversos problemas que essa conduta pode gerar ao indivíduo e a sociedade.

Sobre o índice de acidentes no município relacionado a embriaguez ao volante, O pesquisado acentua que **"o índice aproximado é de 65%"**. Salienta-se que o índice é considerado alto, tendo em vista que Formosa abriga uma população de aproximados 113 mil habitantes, o que não demanda uma área de grande abrangência para esse tipo de ocorrência. Porém, Rodrigues (2012) ressalta que grande parte dos problemas relacionados ao uso de álcool e direção está voltada para o público jovem, em sua maioria ainda com CNH em fase de experiência e que geralmente exageram no consume de álcool causando transtornos em grande escala ao assumir a direção de um automóvel.

Mesmo diante de uma efetiva atuação da polícia militar frente a esse problema, ainda é possível observar essas ocorrências, tanto na cidade como em outros locais, assim como observa a divulgação da mídia. Os problemas de álcool e direção não uma especificidade municipal, mas mundial e que acaba gerando uma diversidade de situações e complicação para que o efetivo policiamento ocorra em processo de alerta e informação aos condutores de veículos.

De acordo com o pesquisado sobre se há conscientização por meio da polícia militar quanto à questão da nova lei seca, o mesmo respondeu que “**sim**”. São diversas as campanhas da polícia militar relacionada aos problemas de álcool e direção, sendo esta uma abordagem de praxe no trabalho ostensivo, visando a redução do alto índice de mortes ocasionadas pelo uso de álcool por motoristas, que geralmente não tem como causa apenas a própria morte, a vida de outras pessoas.

Na questão sobre as ações realizadas pela polícia militar no município visando a redução de problemas com embriaguez ao volante, a resposta obtida foi que “**A aplicação severa da lei quando nos deparamos com tal situação, bem como campanhas de conscientização e as blitz no trânsito que a PM rotineiramente faz**”. As ações estão voltadas para a repressão do problema da embriaguez ao volante, de maneira que o condutor ao ser identificado está sujeito às penalidades cabíveis dentro do âmbito jurídico e de ação da polícia militar. As ações estão pautadas nas normas jurídicas em contam com a parceria da polícia civil de Formosa.

Schlickmanna (2012) a efetivação das sanções, mediante ao condutor embriagado ao volante é uma obrigatoriedade das autoridades competentes, da polícia militar, de maneira que estes sejam responsabilizados pela infração e ainda observada a possibilidade de reintegração destes aos contextos de reeducação de trânsito.

Em relação a considerar a Lei Seca uma estratégia de Polícia Pública eficaz, o mesmo respondeu “**às vezes**”. A esse fato observam-se as diversas demandas relacionadas ao sistema jurídico que auxilia na questão da punição dos condutores autuados em flagrante por dirigir alcoolizados, oferecendo risco de morte a outras pessoas.

Moniz (2009) descreve que é preciso uma melhor efetivação das penalidades aplicadas, assim como a oferta de recursos para subsidiar o trabalho da polícia militar no exercício das operações realizadas nesse sentido de coibir esse problema.

No que se refere à informação a população sobre sanções previstas para motoristas que dirigem embriagados, observa-se como resposta do pesquisado que **“Sem sombra de dúvidas, a lei está prevista e bastante divulgada em todos os meios para a população, logo todos sabem as sanções previstas, desmunindo consideravelmente a desculpa de não saber da lei”**. Observa-se que o trabalho de conscientização, de acordo com o profissional pesquisado tem acontecido de forma positiva, levando ao conhecimento da população sobre os procedimentos cabíveis na aplicabilidade da lei seca.

Diante da questão, Keller (2008) reflete sobre a positividade quanto à ação de execução das sanções previstas ao motorista que dirige embriagado, mediante ao contexto de que alguns cuidados estão sendo tomados para que ao ser cobrado o cidadão esteja, também informado sobre o contexto de aplicabilidade da punição.

Na questão relacionada ao enquadramento dos motoristas que cometem a infração de dirigir embriagado, o mesmo respondeu **“O procedimento utilizado é o que está previsto em lei, constatação e condução para o CIOPS para a aplicação das medidas cabíveis pela autoridade competente”**. Diante disso, observa-se que a atuação da polícia militar quanto aos problemas de embriaguez ao volante estão centradas no cumprimento do que elenca o CTB e também a lei 11.705 – Lei Seca de 19 de junho de 2018, e ainda as ações que cabem no efetivo cumprimento da lei destaca-se da apreensão da Carteira de Habilitação Nacional e em caso extremo da apreensão do veículo e ainda do próprio condutor.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em observação ao objetivo do estudo realizado, os resultados analisados apontam que o problema do álcool e direção tem sido um dos grandes vilões relacionado a acidentes graves e mortes. As ações de coibição dessa

prática são mediadas pela nova Lei Seca, Lei 11.705/2008 e a Lei nº 12.760 que reforça a anterior passaram a vigorar no sistema de trânsito brasileiro.

A pesquisa realizada traz como contexto a efetividade das ações da polícia militar frente à atuação para a coibição da combinação álcool e direção na cidade de Formosa, ato esse que tem levado vários jovens a morte. A alteração do o Código de Trânsito Brasileiro promoveu uma mudança em relação à conscientização da população local, assim como as medidas educativas da polícia militar.

Diversas são as medidas realizadas pela polícia militar com o intuito de erradicar o problema do álcool e direção, diminuindo assim os índices de acidentes causados por motoristas embriagados ao volante. Mesmo observando a falta do cumprimento de deveres da população, ressalta-se que as estratégias utilizadas para esse fim devem ser sequenciadas, de maneira que por meio da efetivação do trabalho da policia militar na aplicação das medidas punitivas da lei, assim como a educação social a concepção frente a essa situação diminua os índices de ocorrência.

Os pesquisados entendem que a Lei Seca nem sempre é aplicada como uma política eficaz, porém muitos de seus resultados têm sortido efeitos positivos diante da concepção e prática da sociedade. O estudo em questão, cuja problemática foi a ação da polícia militar frente à nova lei seca em termos penais aos condutores embriagados na cidade de Formosa, tem como resposta, a realização de uma prática educativa dos motoristas, assim como a conscientização da importância de não dirigir após ingestão de bebida alcóolica.

A idealização de novos estudos está relacionada as novas concepções da polícia militar frente ao problema da embriaguez ao volante, desenvolvendo uma proposta, não apenas educativa, mas informativa, de maneira que os indivíduos tenha conhecimento sobre a Lei Seca e as suas penalidades, assim como a polícia militar possa realizar a suas funções pautando-se pela ética profissional em punir motoristas que dirigem embriagadas, causando riscos a população.

## REFERÊNCIAS

BOCALAN, Adriele Aparecida. **Causas de estresse no trânsito em funcionários públicos da Secretaria Municipal de Obras no município de Alcínópolis – MS.** Universidade Paulista, Maceió, 2014. Disponível em: <[http://netranstransito.com.br/arq\\_download/Monografia%20de%20ADRIELE%20%20FINAL.pdf](http://netranstransito.com.br/arq_download/Monografia%20de%20ADRIELE%20%20FINAL.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BRASIL. **Código Brasileiro de Trânsito.** Organização Diógenes Madeu; coordenação Anne Joyce Angher – 8ª Edição – São Paulo: Rideel. Coleção de Leis Rideel. Serie Compactada, 2006.

CRISTO, F. **Psicologia e Trânsito: Reflexões para pais, educadores e [futuros] condutores.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

HORST, Laura. **Acidentes de trânsito por embriaguez ao volante: dolo eventual ou culpa consciente?** 2016. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1538/1/2016LauraHorst.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2018.

KELLER, Rafael. **Embriaguez ao volante como crime de trânsito e sua eficácia para diminuição dos índices de mortes com o advento da nova Lei Seca.** 2008. Disponível em: <<https://kellergood.jusbrasil.com.br/artigos/403459816/embriaguez-ao-volante-como-crime-de-transito-e-sua-eficacia-para-diminuicao-dos-indices-de-mortes-com-o-advento-da-nova-lei-seca>>. Acesso em 28 fev. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MARIANO, Aurea Carolina Lelis Fonseca Ribeiro. **Embriaguez ao volante: ineficácia na prevenção e na punição dos infratores, com o advento da lei nº. 11705/08.** Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-473b88692b97bbde12f0a7ef3c5f4751.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

Portal do Trânsito Brasileiro. **Lei Seca e o trânsito no Brasil**. 2014. Disponível em: <[http://www.transitobr.com.br/index2.php?id\\_conteudo=118](http://www.transitobr.com.br/index2.php?id_conteudo=118)>. Acesso em: 2 Fev. 2018.

RODRIGUES, José Nivaldino. **Efeitos da lei seca sobre os acidentes de trânsito**. Disponível em: < <https://www.icict.fiocruz.br/content/lei-seca-o-efeito-das-multas-na-preven%C3%A7%C3%A3o-aos-acidentes-de-tr%C3%A2nsito>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SCHLICKMANN, David. **A Lei Seca e o conflito entre princípios**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37748>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia passo a passo**. São Paulo: Alinca, 2011.

## APÊNDICE

### Instrumento de pesquisa

1. Função: \_\_\_\_\_

2. Formação: \_\_\_\_\_

3. Qual a importância da lei seca para a sociedade?

---

---

---

4. Qual o índice de acidentes no município relacionado à embriaguez ao volante?

---

---

---

5. Há conscientização por meio da polícia militar quanto à questão da nova lei seca?

( ) Sim

( ) Não

( ) Às vezes

6. Quais as ações realizadas pela polícia militar no município visando à redução de problemas com embriaguez ao volante?

---

---

---

7. Considera a Lei Seca uma estratégia de Polícia Pública eficaz?

( ) Sim

( ) Não

( ) Às vezes

8. Há uma efetiva informação a população sobre sanções previstas para motoristas que dirigem embriagados?

---

---

---

9. Como são enquadrados os motoristas que cometem a infração de dirigir embriagado?

---

---

---